

X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP)

AT – Cultura Política e Democracia

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CIBERESPAÇO: CONDICIONANTES E RELAÇÕES DO
ENGAJAMENTO ONLINE NO BRASIL.**

Jaqueline Resmini Hansen

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

jaqueline.hansen@live.com

Belo Horizonte/MG
30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

Participação política no ciberespaço: condicionantes e relações do engajamento online no Brasil.

Jaqueline Resmini Hansen¹

RESUMO: Existe uma tradição consolidada na área da Ciência Política acerca da temática da participação. Desde a década de 1960 pesquisadores tem se dedicado aos debates sobre quais ações podem ser efetivamente consideradas participação política, neste sentido, as primeiras definições se limitavam às atividades ligadas ao âmbito institucional, com o passar dos anos os pesquisadores da área passaram a compreender que atividades cívicas e de protesto também eram formas de expressões legítimas dentro de um regime político democrático, chegando à ideia que a participação política está relacionada com colocar sua voz no espaço público, de preferência de maneira alta e clara, para expor suas demandas ao sistema político e à sociedade civil. Concomitante a este debate, politólogos também faziam questionamentos em relação ao comportamento político dos cidadãos, ou seja, estes teóricos indagavam sobre os porquês dos indivíduos se envolverem na vida pública. Dentre as conclusões mais amplamente aceitas estão os pressupostos do Modelo do Voluntarismo Cívico, o qual considera que a participação política está relacionada às motivações e capacidades individuais, assim, para este aporte teórico os cidadãos participam em função de seus recursos (tempo, dinheiro e habilidades), engajamento psicológico e redes de recrutamento. Portanto, pode se inferir que os cidadãos não podem participar da vida pública por falta de recursos, não querem participar pela ausência de engajamento psicológico e não são convidados por estarem fora das redes de recrutamento. Recentemente, os pesquisadores do comportamento político têm identificado mudança consistente nos padrões de cidadania política nos regimes ocidentais, movida principalmente pelo desencanto com as instituições centrais dos regimes democráticos, tais como os partidos e os parlamentos. O descontentamento estaria gerando gradual afastamento dos cidadãos dessa dimensão institucionalizada da vida política e, ao mesmo tempo, favorecido a emergência e proliferação de novas formas de engajamento político, destacando-se as várias modalidades de protesto. Esses dois fenômenos: o refluxo da participação “convencional” e o crescimento das “novas formas de participação” são entendidos como componentes do que alguns autores têm denominado de cidadania crítica. Paralelo a essa alteração substancial, a internet tem se consolidado como um importante meio de comunicação e o seu alcance global na disseminação da informação tem se convertido em novas estruturas de oportunidades favoráveis a um tipo de ativismo político digital. Na intersecção dessa mudança na cidadania com as potencialidades abertas pela rede mundial de computadores surgem perguntas

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/DCP/UFG). Pesquisadora do Centro de Estudos do Comportamento Político – CECOMP. E-mail: jaqueline.hansen@live.com

relevantes acerca das relações entre as dinâmicas políticas que ocorrem no universo online e no mundo off-line da política. Será que os condicionantes econômicos, sociais e atitudinais que conduzem os indivíduos ao ativismo presencial são os mesmos que incidem sobre o engajamento digital? A redução dos custos envolvidos no ativismo virtual pode levar à inclusão de contingentes não ativos politicamente? Neste sentido, trabalha-se com a hipótese de que as modalidades de ação política presencial convergem com as modalidades online, assim como estudos tem encontrado essa relação entre as modalidades presenciais convencionais e de protesto. Neste sentido, acredita-se que as motivações individuais e os recursos se mantenham em posição central na explicação do ciberativismo. Para responder estes questionamentos e testar a validade destas hipóteses a presente pesquisa mobiliza os dados produzidos pelo Latin American Public Opinion – LAPOP, no ano de 2012 para o Brasil. Os dados do banco do LAPOP serão analisados a luz de técnicas descritivas e de inferência estatística, com isso objetiva-se demonstrar quais fatores sociais, demográficos e atitudinais influenciam no ativismo digital, bem como, a relação entre as modalidades online e off-line. Os resultados indicam que os cidadãos que participam das modalidades presenciais tendem a participar também nas plataformas digitais, apresentando grande associação entre atividades de protesto e o ciberativismo, sugerindo desta forma que o ativismo no Brasil está relacionado à centralidade social do indivíduo de modo que este ative todos os repertórios que estão ao seu alcance mostrando que quanto mais central for a posição do cidadão mais repertórios de ação lhe estarão disponíveis. Outro aspecto importante evidenciado pelos testes estatísticos diz respeito aos condicionantes da ação política em meios digitais onde as motivações individuais e os recursos se mostraram importantes para a compreensão deste fenômeno. Diante disto, os resultados apontam para aspectos interessantes do ativista online brasileiro: este é uma pessoa interessada em política, com acesso a este tipo de informação, altamente estudada, com tendências ideológicas de esquerda e surpreendentemente não se sente eficaz politicamente. Portanto, os resultados da pesquisa nos permitem inferir que apesar das modalidades presenciais e digitais serem convergentes, e isto indicar que o cidadão que participa presencialmente também o faz digitalmente, o ciberespaço apresenta uma força positiva para democracia uma vez que se torna um novo canal para os cidadãos se expressarem. Desta maneira, a internet divide com a rua a tarefa de dar voz às multidões, e principalmente para aqueles que se sentem ineficientes, que sentem que suas demandas não são consideradas pelos governos. Deste modo, pode-se inferir que no caso brasileiro, a rede mundial de computadores tem potencial para incluir contingentes não ativos.

Palavras-chave: Ativismo, Internet, Participação.

1. Introdução

A participação política sempre esteve presente na agenda de pesquisas sobre a democracia e, mais recentemente, tem ganhado acentuado destaque. Alguns pesquisadores afirmam estar em curso uma crise democrática, pois os indivíduos teriam deixado de participar, em função de um descontentamento com as instituições representativas e com os alcances de suas ações (PUTNAM, 2001). No campo oposto, há autores mais otimistas que percebem uma reinvenção da participação, com a combinação de modalidades eleitorais e contestatórias de ação em função dos recursos que estão disponíveis aos cidadãos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Outros ainda observam um deslocamento dos indivíduos em direção a ações diretas e de protesto em detrimento das convencionais, principalmente relacionado a uma mudança de valores políticos e à emergência de uma cidadania crítica (INGLEHART, 2012; INGLEHART E WETZEL, 2009; NORRIS, 2001;2002).

Para o presente estudo, consideramos a participação como um mecanismo de propagação da voz no espaço público que tem como intuito a exposição das demandas da população aos governantes e à sociedade. Além disto, as diferentes modalidades participativas podem ser mobilizadas com o intuito de gerar pressão para que as preferências destes cidadãos sejam consideradas no momento da formulação de políticas públicas (NORRIS, 2002; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Com a emergência da internet e, consequente a constituição do ciberespaço, caracterizado por uma arquitetura aberta, fluída e pelo constante movimento, novos caminhos para ação política começam a se delinear (LÉVY, 1999a).

Ainda na década de 1980, Benjamin Barber ([1984], 2003) argumentava sobre o potencial democrático e participativo das tecnologias digitais. Mais recentemente, Pippa Norris (2001) e Helen Margetts (2013) também defenderam a tese de que a Internet adquiriu um lugar central em nossa sociedade de modo que as configurações dos espaços de atuação na sociedade estão sendo alteradas, pois as tecnologias digitais podem modificar fronteiras e reconfigurar dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Dialogando com este debate, o presente artigo pretende discutir os condicionantes do engajamento online e as possíveis relações entre as dinâmicas políticas que ocorrem no universo *online* e no mundo *off-line* da política. Será que os condicionantes econômicos, sociais e atitudinais que conduzem os indivíduos ao ativismo presencial são os mesmos que incidem sobre o engajamento digital? A redução dos custos envolvidos no ativismo virtual pode levar à inclusão de contingentes não ativos politicamente? Neste sentido, o objeto de nossa análise é o comportamento político dos cidadãos brasileiros nos espaços online e off-line e para sua compreensão serão mobilizados os dados produzidos pelo Latin American

Public Opinion – LAPOP, no ano de 2012 para o Brasil, os quais serão analisados a luz de técnicas descritivas e de inferência estatística.

Assim sendo, o artigo se divide em mais seis partes. Na primeira aborda-se a noção de mídias, dando especial atenção à internet. Na segunda discute-se o conceito de participação política e na terceira apresenta-se a relação entre engajamento online e as tecnologias digitais. Na quarta sessão apresenta-se as hipóteses de trabalho, dados e metodologias, na quinta discute-se os resultados dos testes estatísticos a luz das teorias apresentadas e por fim, na sexta apresenta-se breves conclusões.

2. As mídias e a internet

Desde o século XX, com o surgimento do rádio e posteriormente da televisão, os meios de comunicação têm se tornado ferramentas que o indivíduo mobiliza para compreender o mundo. Nestas, chamadas modalidades de massa, a relação comunicativa é estabelecida verticalmente e a distribuição da informação é monopolizada por alguns grupos. Em decorrência disto, tais grupos detêm o poder de formação da opinião pública, restando ao cidadão o papel do espectador passivo. Com o desenvolvimento da comunicação mediada por computadores, que tem a internet como espinha dorsal, as estruturas comunicativas foram se modificando com o passar dos anos. Inicialmente o indivíduo podia encontrar conteúdo online, tendo então o internauta um papel de espectador-passivo no formato que ficou conhecido como Web 1.0, no qual o mundo virtual girava em torno do conteúdo. Quando os indivíduos começaram a não apenas buscar as informações, mas a compartilhá-las, inicia-se a “revolução do compartilhamento” que resulta em um internauta que é espectador e ator ao mesmo tempo, e em um novo formato que se caracteriza, principalmente, pela estrutura interativa que não só garante a liberdade de expressão como a potencializa, este novo formato é chamado de Web 2.0 (MALINI, AUTOUN, 2013; NORRIS, 2001).

Em decorrência das peculiaridades das mídias digitais e da interação na rede e sua horizontalidade em relação às outras mídias, o ciberespaço acaba tomando uma dimensão pública e apresentando possibilidades para a ação política. De acordo com Luis Martino (p. 86, 2015), “[...] a política nas mídias digitais relaciona-se com as diversas manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas a visibilidade”. Diante deste potencial político da web, Peter Dahlgren (2005) argumenta que o advento da internet acentua o caráter amplo da esfera pública, dimensão central nos pressupostos da teoria democrática deliberacionista, e em decorrência disto indica a necessidade de passarmos a pensar em esferas públicas. Tendo em vista a configuração em rede de nossa sociedade, o status de instituição e o sentido de lugar que os meios de comunicação

alcançaram, bem como a interação e convergência entre as mídias digitais e de massa, não faz sentido pensarmos em um espectro off-line separado do online, sendo que na atualidade mundo físico e mundo virtual convergem.

Por conta de suas particularidades, as mídias digitais possibilitam a autoexpressão e interação entre o interlocutor da notícia e o receptor (HJAVARD, 2012). Assim, existe uma infinidade de informações e ações que podem ser realizadas no espaço virtual e dependem exclusivamente do usuário. A maneira como cada indivíduo atuará na internet será influenciada pela sua história de vida, seus gostos e preferências. E é neste sentido que Sonia Livingstone (2011) afirma que as experiências online são continuidades dos interesses off-line. Dentro deste contexto de prosseguimentos Pippa Norris (2001) argumenta que a internet se difere substancialmente das outras mídias em decorrência da amplitude da liberdade de escolha.

Uma observação atenta de nossa sociedade nos mostra que a Internet tem ocupado um papel central em nossas vidas. A expansão da tecnologia móvel, acompanhada do preço mais acessível dos smartphones ajudou na popularização do acesso à rede. De acordo com o relatório do Comitê Gestor da Internet, o número de usuários da web no Brasil aumentou de 34% em 2008 para 51% em 2013, já o relatório da International Telecommunication Union mostra que 40,4% da população mundial já tinha acesso à rede mundial de computadores em 2013. Embora exista uma concentração dos indivíduos conectados em áreas urbanas e mais desenvolvidas e dos desconectados em áreas rurais e menos desenvolvidas, ainda assim estes números são expressivos (CGI, 2014; ITU, 2014).

3. Definindo participação política

Uma das características centrais dos regimes políticos é a maneira como estes lidam com a participação e a opinião popular. Na democracia a participação dos cidadãos é essencial para o seu funcionamento, seja para a seleção dos quadros que compõem a estrutura estatal ou para o encaminhamento de demandas e controle dos agentes políticos ao longo dos mandatos. Refletindo essa relevância, a Ciência Política tem se ocupado do fenômeno participativo de forma consistente ao longo das últimas décadas. A primeira definição foi cunhada na década de 1960 por Milbrath e entendia a participação como circunscrita ao processo eleitoral e suas atividades complementares, portanto, ações na comunidade ou atos de natureza contestatória não eram contemplados, e essas últimas eram nesse primeiro momento entendidos como sinônimos de instabilidade democrática. Modalidades de protesto passaram a compor o rol de ações participativas na década de 1970, sendo diferenciadas em convencionais e contestatórias. No primeiro grupo estão as ações relacionadas às instituições do sistema político como votar, pertencer a partidos ou

movimentos sociais, trabalhar e doar dinheiro para campanhas. No segundo estão reunidos protestos, abaixo-assinados e boicotes (BARNES e KAASE, 1979; MILBRATH, 1965).

Essa ampliação de modalidades acabou gerando uma variedade de abordagens classificatórias. De acordo com Inglehart e Wezel (2009) deve-se olhar para os atos através da relação entre cidadão e as elites. Assim teríamos os atos *elite-directed* direcionados ao governo e executados através de instituições formais e hierárquicas, como os partidos, e as ações *elite-challenging* direcionadas ao governo e a sociedade, sendo formalizada em ações diretas como os protestos. Para os autores o descontentamento dos cidadãos com as instituições formais da democracia reflete na diminuição das ações *elite-directed*, as quais são substituídas pelas modalidades *elite-challenging* em função dos cidadãos possuírem uma postura mais crítica (DALTON E VAN SICKLE, 2005; INGLEHART E WEZEL, 2009; RIBEIRO, 2011).

Para Pippa Norris (2002; 2007) devemos pensar a participação de acordo ao que ela é direcionada. Assim, ações que se articulam dentro do campo político formal e focalizam as instituições representativas são chamadas de *citizen-oriented*. As atividades que se atem a causas específicas e se direcionam não só ao sistema político, mas também ao econômico e social são rotuladas de *cause-oriented*. Nesta perspectiva as modalidades não são excludentes e o indivíduo pode ativar ambos os repertórios, pois estes são complementares.

Do debate das estruturas e modalidades da participação emerge a questão da complementariedade entre as ações institucionalizadas e as contestatórias. Existem duas grandes perspectivas: de um lado a teoria da convergência e de outro a da divergência. Os adeptos da primeira acreditam que os indivíduos atuam em função da centralidade de repertórios, e, portanto, existiria uma causalidade expressa na posição social e a magnitude das ações. Deste modo, para a teoria da convergência, as formas de participação convencional e não convencional não são excludentes, mas complementares e quem atua em uma modalidade tem grandes chances de atuar na outra também (BORBA, 2012a; NORRIS, 2001; 2002; 2007; RIBEIRO e BORBA 2011; 2015). Já as teorias da divergência advogam que a crise na democracia representativa faz com que os indivíduos abandonem os canais formais da participação preferindo as vias de protesto. Neste sentido, as duas modalidades de participação seriam condicionadas por diferentes fatores (INGLEHART E WETZEL, 2009; NORRIS, 2001; 2002; 2007; RIBEIRO e BORBA 2012; 2015).

Apesar das diferenças que permeiam o campo, alguns fatores são recorrentes nas definições de participação. A ação política é estritamente voluntária e se configura como uma expressão de cidadania e a noção de política é empregada no seu sentido mais amplo não

apresentando restrição nas diferentes fases e níveis do sistema (NORRIS, 2001; 2002; 2007; VAN DETH, 2001).

Em paralelo a este debate sobre as diferentes formas de agir politicamente, os teóricos também se preocuparam em entender quais são os fatores que condicionam a participação. Existe um intenso debate sobre esta temática, entretanto, este artigo se concentra na Teoria do Recurso ou Modelo do Voluntarismo Cívico. Os autores se perguntaram porque as pessoas não participam e concluíram que é “because they can’t; because they don’t want to; because nobody ask” (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, p. 269, 1995). A partir disto advogam que a participação ocorre em função dos fatores motivação e capacidade, e estes podem ser analisados a partir de três categorias: recursos – tempo, dinheiro e habilidades cívicas -, engajamento psicológico e redes de recrutamento. A ideia de capacidade refere-se à necessidade dos recursos que são combinados de diferentes maneiras nas diversas modalidades de ação. O engajamento psicológico se refere aos valores e interesses que estão implícitos na ação humana, e portanto, está relacionado tanto a capacidade de utilizar os recursos quanto às motivações psicológicas, isto é, interesse ou conhecimento político, sentimento de eficiência, entre outros. As motivações também podem ser externas e se referirem às redes de recrutamento.

4. O debate sobre o engajamento online

A primeira onda de estudos que buscava entender as relações entre as tecnologias digitais e a participação política se atinha à perspectivas normativas que procuravam estabelecer como se daria essa influência. Neste sentido, os estudos pioneiros podem ser divididos em perspectivas cyber-otimistas, cyber-pessimistas e cyber-céticos. Aqueles classificados com cyber-otimistas defendiam que a participação política seria amplamente fortalecida com a emergência da internet, pois assim os custos seriam reduzidos e as oportunidades participativas amplificadas de tal modo que emergiria uma organização democrática deliberacionista. Os cyber-pessimistas por sua vez, advogavam que a rede reforça as estruturas que já estão postas sendo incapaz de mobilizar novos atores. Deste modo, o fosso entre engajados e desengajados tenderiam a aumentar significativamente. Por fim, os cyber-céticos defendem que a internet se adapta ao *status quo* vigente, reproduzindo a política como de costume, não reforçando e nem modificando as clivagens existentes (MOSSBREGER, 2009; NORRIS, 2001).

Estas perspectivas procuravam explicar a relação entre engajamento e mídias digitais por uma perspectiva estrutural, limitando-se à tecnologia, e portanto, exigiam um olhar unidimensional para o fenômeno. Com a emergência de pesquisas empíricas o debate começou a ser pautado de maneira mais dialogada levando em consideração não só as

potencialidades tecnológicas, mas também o indivíduo, descobrindo então que o engajamento online apresenta fortes tendências de ser um fenômeno multidimensional.

Pioneira neste debate, Pippa Norris (2001) ancorada na centralidade dos recursos e na sua perspectiva convergente entre as modalidades de participação orientadas para a cidadania e para a causa, desenvolve o Modelo do Engajamento Online que se pauta nas teses de mobilização e reforço. Se por um lado as tecnologias digitais podem apresentar novos espaços de mobilização e atrair novos contingentes participativos, por outro podem reforçar as relações de participação já existentes, pois a internet é tida como a mídia da escolha, e portanto, aqueles já interessados em política e já ativos dariam este fim para a web. Nesta mesma direção caminha a perspectiva proposta por Hellen Margetts (2013), de que a rede em um primeiro momento reforçaria os padrões existentes de participação, e posteriormente os normalizaria em decorrência da ampliação do acesso às novas tecnologias de comunicação e informação.

A tese de Norris ganha corpo empírico em estudo realizado por ela e por John Curtice, com a população britânica. Norris e Curtice (2006) descobrem que os mais jovens, com maior acesso a informação e mais educados são mais ativos online, bem como a internet fortalece as modalidades contestatórias de ação, indicando que pensar em termos de mobilização e reforço é profícuo para o debate. A pesquisa foi pioneira ao comprovar o caráter multidimensional da ação online. No mesmo diapasão, a tese de Margetts (2013) também apresenta suporte empírico. Ao analisar o público britânico ela descobre que no tocante igualdade política as redes digitais reforçam as clivagens existentes, mas no tocante ao controle popular da democracia a web contribui para a fragmentação dos grupos políticos, tornando o sistema político mais fluído e caminhando para a normalização da participação.

Hafner-Fink e Oblak Črnič (2014) também se inserem no debate de mobilização e reforço analisando dados sobre a população eslovena. Os pesquisadores descobrem que as modalidades presenciais de ação encontram local para se reproduzir no universo online, bem como encontram evidências que a participação off-line fortalece a participação online, assim como ter entre 18 e 35 anos, ser homem e possuir nível superior. Os autores também mostram que as modalidades de protesto são fortalecidas pela web, confirmando a tese do reforço. Por outro lado os pesquisadores encontraram entre os eslovenos cidadãos que estão ativos apenas nas modalidades digitais fortalecendo a tese da mobilização.

Brundidge e Rice (2009) também encontraram uma relação positiva entre engajamento online e off-line entre os estadunidenses, suplementando a tese do reforço. Essa pesquisa indicou que as novas tecnologias de comunicação e informação favorecem a heterogeneidade da discussão política, e os autores também confirmam que os cidadãos com

altos nível socioeconômico, conhecedores dos assuntos políticos e ativos presencialmente são mais propensos a usarem os recursos da rede, assim como os mais jovens, mais educados e mais afluentes. Mossbreger (2009) analisando também os Estados Unidos encontrou resultados semelhantes, pois, os mais jovens, mais educados, com maiores rendas e brancos possuem mais chances de serem ciberativistas que os mais velhos, com menores rendas, menor acesso à educação e negros.

Gibson e Cantijoch (2013) procuram evidência sobre a existência de um tipo de participação puramente online ou se as modalidades digitais seriam réplicas das presenciais, denominados pelas autoras de diferenciação e replicação, sendo que a última poderia ocorrer por meio de integração onde há uma fusão entre os espaços online e off-line ou eles seriam independentes. Ao analisar dados sobre a população inglesa as pesquisadoras concluem que existe uma forte tendência à replicação, mas em relação a independência ou integração os resultados não são conclusivos, por um lado indicam para uma integração entre os espaços nos tipos mais concretos de participação, como doação de dinheiro, por outro lado mostram certa independência entre as formas mais passivas de participação, indicando que apesar da existência robusta de uma replicação o ciberespaço pode funcionar como base social para um tipo específico de comportamento. Além disso, a pesquisa também mostra que a e-participação é um fenômeno multidimensional, em consonância com os resultados encontrados anteriormente por Norris e Curtice (2006).

Oser, Hooghe e Maren (2013) ao analisar a população estadunidense descobrem que os ciberativistas também estão ativos off-line, mas se diferenciam dos somente ativos presencialmente por darem maior ênfase ao ambiente digital, entretanto, pela participação online não ser apenas uma reprodução das modalidades presenciais os autores afirmam que a ação política na web se configura como um tipo distinto de participação. Em relação às características daqueles que estão ativos no ciberespaço os pesquisadores descobriram que eles possuem os mesmos padrões socioeconômicos que o ativista presencial, entretanto, se difere substancialmente em relação à idade, os mais jovens são mais propensos a estarem ativos online.

Diante dos resultados apresentados por estas pesquisas percebe-se que, assim como já apontou Yannis Theocharis (2015), as redes digitais estão cada vez mais atuando no sentido de expandir as oportunidades de engajamento, sejam eles réplicas das modalidades presenciais, sejam em formas originais de ação. Apesar de ainda não ser possível conceituar e identificar de maneira sistemática a participação online, e isso se dá muito pela ausência de dados transnacionais, é perceptível uma movimentação nas redes digitais que de acordo com o autor pode ser identificado como: “a networked media-bases personalized action that is carried out by individual citizens with the intent to display their own mobilization and activate

their social networks in order to raise awareness about, or exert social and political pressures for the solution of, a social or political problem.” (Theocharis, p. 6, 2015)

5. Dados, hipóteses e metodologia.

Diante este debate sobre as modalidades e condicionantes da participação e a eminência de modalidades de ação pautadas no universo online, algumas questões são levantadas para área do comportamento político. Estudos recentes tem mostrado que no contexto latino-americano os indivíduos que participam das modalidades institucionalizadas também ativam repertórios de protesto, sinalizando para uma convergência entre as modalidades presenciais e indicando a centralidade política e social como um argumento explicativo (RIBEIRO, BORBA, 2015). Adentrando para seara das tecnologias digitais existe um intenso debate normativo e empírico sobre a convergência ou divergência entre os dois espaços, pesquisadores como Hafner-Fink e Oblak Črnič (2014) mostram entre os eslovenos a emergência de indivíduos que só atuam nos espaços online. Já Gibson e Cantijoch (2013) encontram uma maior integração dos dois espaços ao analisarem dados sobre os britânicos, assim como Oser, Hooghe e Maren (2013) encontraram para realidade estadunidense. A partir deste contexto indagamos se no Brasil os dois espaços são complementares ou não. Levando em consideração os achados para a participação presencial dos brasileiros derivamos a seguinte hipótese:

H1: Existe uma convergência entre as modalidades presenciais e digitais de participação, aqueles que ativam repertórios off-line também ativam repertórios online.

Tal hipótese será testada a partir de uma Análise Fatorial Tretracórica, a qual analisa o inter-relacionamento entre um número grande de variáveis em termos de seus fatores comuns, de modo que todas as variáveis sejam consideradas simultaneamente. Neste sentido, a Análise Fatorial procura uma maneira de condensar o maior número de informações em poucos conjuntos de fatores. Em seguida, realizamos o teste de confiabilidade Alfa de Crombach, com intuito de justificar a construção de um Índice de Ativismo Online, por meio de um procedimento somatório, sem pesos diferentes para cada variável (HAIR *et all*, 1987).

Dentro do debate do comportamento político é amplamente aceita a importância dos recursos – tempo, dinheiro e habilidades cívicas – e das motivações individuais na explicação do fenômeno participativo. Verba, Scholzman e Brady (1995) demonstraram como anos de estudo, renda, sexo, idade, interesse em assuntos políticos, acesso a informação, conhecimento político, sentimento de influência no jogo político, auto posicionamento ideológico são variáveis importantes para explicação do comportamento político e foram amplamente replicados para diversos contextos. Entendendo que mobilização online é uma

forma de se comportar politicamente, acreditamos que a mudança do espaço de atuação não modificará os condicionantes e diante disto temos a segunda hipótese:

H2: Os recursos e motivações que condicionam o engajamento online serão similares aos recursos e motivações que condicionam o engajamento presencial.

Esta hipótese será testada a partir de uma regressão logística binária dada a característica qualitativa do índice de ativismo online, o qual é tomado como variável dependente. A regressão logística estima quais são as razões e chances de as variáveis independentes selecionadas impactarem na variável dependente. Com este modelo, pretendemos descortinar os fatores sociais e demográficos, os recursos cognitivos e as atitudes dos cidadãos que possuem algum impacto no ativismo online. É a partir dos resultados da regressão logística binária que poderemos então discutir quais são os condicionantes do ativismo online entre os brasileiros, colocando-os em perspectiva com os condicionantes da participação presencial (HAIR *et al*, 1987).

Destas duas hipóteses se desdobra uma terceira, pois, a dimensão central dos recursos e motivações na explicação do fenômeno participativo nas arenas presenciais indicam que este possui uma característica multidimensional para o contexto brasileiro e latino-americano, como mostraram Ribeiro e Borba (2011;2015). Além disso, a integração entre os ambientes online e off-line, como encontrado por Norris e Curtice (2006), Gibson e Cantijoch (2013) e Oser, Hooghe e Maren (2013), também apontam para a multidimensionalidade do fenômeno.

H3: A participação em meios digitais é um fenômeno multidimensional e sua explicação é pautada na combinação de diferentes fatores.

A combinação dos resultados da Análise Fatorial Tetracórica e da Regressão Logística Binária nos darão o respaldo para confirmar ou refutar tal hipótese.

Para a análise dos condicionantes do comportamento online e das possíveis relações entre o ativismo político na rede e o que ocorre presencialmente nas instituições e espaços públicos, a pesquisa se utiliza do banco de dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina – LAPOP, também conhecido como o Barômetro das Américas, na sua edição de 2012 para o Brasil. O LAPOP é um projeto do departamento de Ciência Política da Vanderbilt University localizada em Nashville, Tennessee, Estados Unidos da América, que tem o intuito de mensurar estatisticamente as relações dos cidadãos latino-americanos com a democracia. Para isso, o projeto realiza pesquisas de levantamento ou *survey*, de dois em dois anos, neste

sentido, as pesquisas do projeto contam com amostras representativas da população de cada país², sendo possível por meio da inferência estatística criar padrões para as populações.

O LAPOP tradicionalmente possui uma bateria de questões que indagam sobre modalidades de ação políticas convencionais e contestatórias. Destas, selecionamos as que representam as modalidades de participação comunitária, eleitoral, partidária e de protesto³. Entretanto escolhemos a edição de 2012 por ser a única que contou com um conjunto de três questões que tratavam especificamente sobre o engajamento online dos brasileiros. As perguntas indagavam sobre o compartilhamento de informações políticas em redes sociais (1), sobre o acesso a site de partidos, movimentos sociais e personalidades políticas (2) e sobre a participação de discussões em listas de e-mail (3)⁴. **6. Engajamento online: covariantes e condicionantes**

O primeiro passo para compreender as modalidades de participação política entre os brasileiros, consiste na identificação das frequências percentuais das mesmas. Foram incluídas as três variáveis que se referem ao ambiente digital e também modalidades de ação presencial: contato com lideranças políticas locais, participação em partidos e movimentos sociais, em associações comunitárias, em protesto ou manifestações e trabalho em campanhas eleitorais. Algumas modalidades contestatórias como boicotes e bloqueio de tráfego foram suprimidas devido sua baixa frequência entre os brasileiros, pois inviabilizariam as análises multivariadas que apresentamos na sequência. Os dados da Tabela 1 mostram que os brasileiros ativam os diferentes repertórios em frequências semelhantes em nenhum dos casos atingindo 15% da população.

² No caso do Brasil a amostra é de 1500 indivíduos.

³ Variáveis de Participação Presencial: Contato com autoridades locais: (NP2). O(A) sr. /sra solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador, funcionário ou órgão da prefeitura nos últimos doze meses? (1) Sim (2) Não / Participação em Partidos ou Movimentos Políticos: (CP13). Reuniões de um partido ou movimento político? Assiste às reuniões dessas organizações: (1) pelo menos uma vez por semana, (2) uma ou duas vezes ao mês, (3) uma ou duas vezes ao ano, ou (4) nunca? / Participação em Protesto ou Manifestação: (PROT3). Nos últimos doze meses, o(a) sr. /sra. participou de alguma manifestação ou protesto público? (1) Sim (2) Não/ Participação na Comunidade: (CP8). Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste às reuniões dessas organizações: (1) pelo menos uma vez por semana, (2) uma ou duas vezes ao mês, (3) uma ou duas vezes ao ano, ou (4) nunca? / Trabalho em campanha: (PP2). Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O(A) sr. /sra. trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2010? (1) Sim (2) Não. Todas as variáveis tiveram sua codificação original alterada para (0) Não e (1) Sim.

⁴ Variáveis de Ativismo Online: Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos: (BRAWWW2). Nos últimos doze meses o sr. /sra. visitou o sítio na internet de algum partido político, algum político ou alguma organização política? (1) Sim (2) Não / Compartilhar informações políticas em redes sociais: (PROT8). Nos últimos doze meses, o(a) sr. /sra. leu ou compartilhou informações políticas em alguma rede social na Internet como Twitter, Facebook ou Orkut? (1) Sim (2) Não / Participação em lista de e-mails: (BRAWWW3). Nos últimos doze meses o sr. /sra. participou em alguma lista de e-mails que discutiu algum tema político? (1) Sim (2) Não. Todas as variáveis tiveram sua codificação original alterada para (0) Não e (1) Sim.

TABELA 1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE BRASILEIROS (%)

Online	Sim
Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos	8,7
Compartilhar informações políticas em redes sociais	10,8
Participação em lista de e-mails	6,8
Off-line	Sim
Contato com autoridades locais	11,2
Participação na comunidade	13
Participação em partidos ou movimentos sociais	3,3
Participação em protestos ou manifestações	4,7
Trabalho em Campanha	11,8

Fonte: LAPOP -2012.

A modalidade de ação online mais frequente é o compartilhamento de informações políticas em redes sociais (10,8%), tal característica pode ser reflexo da popularidade das redes sociais entre os brasileiros, especialmente o Facebook que segundo a Pesquisa Brasileira de Mídias – PBM 2015 – é utilizado por 83% dos internautas. Outro aspecto interessante evidenciado através das frequências, é que as atividades que demandam a combinação dos três recursos - tempo, dinheiro e habilidades cívicas - se tornam mais custosas ao brasileiro e por consequência menos frequentes, como é o caso da participação em partidos ou movimentos e em protestos ou manifestações. Já as atividades que demandam mais tempo que os outros recursos são mais comuns, o que era de se esperar, visto que este recurso é o mais igualitariamente distribuído. O mesmo não ocorre com o dinheiro e as habilidades cívicas. Estes são recursos distribuídos de forma desigual, principalmente o primeiro devido à concentração de renda, o que implica na baixa frequência nas modalidades que o exigem (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995).

Diante disto, o baixo uso político da internet entre os brasileiros, evidenciado na Tabela 1, está relacionado primeiramente à reduzida participação presencial. O pequeno número de ativistas online também é consequência de 48% dos indivíduos e 58% dos domicílios estarem desconectados, entretanto, além disso, acredita-se que a ausência de habilidades técnicas e de literacia na internet também influam positivamente neste aspecto, principalmente entre os mais velhos e os com menores níveis educacionais.

Para identificar as possíveis convergências ou divergências entre as modalidades, utilizamos do primeiro modelo multivariado. Por meio da técnica de análise fatorial (HAIR *et al*, 1987) identificamos as variações conjuntas entre as diferentes modalidades. Como todas as variáveis apresentam codificação dicotômica (0 e 1, sendo esse último igual à participação), a análise foi conduzida à partir de matriz de correlação tetracórica (DIGBY, 1983).

TABELA 2. ANÁLISE FATORIAL COM MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO ONLINE E PRESENCIAL

Variáveis	Fator 1	Fator 2
Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos	,704	-,375
Compartilhar informações políticas em redes sociais	,692	-,303
Participação em lista de e-mails	,796	-,304
Presencial		
Contato com autoridades locais	,511	,314
Participação na comunidade	,483	,295
Participação em partidos ou movimentos sociais	,733	,389
Participação em protestos ou manifestações	,597	-,125
Trabalho em Campanha	,507	,398

Fonte: LAPOP -2012

Os resultados expostos na Tabela 2 apontam para forte convergência entre as modalidades. Primeiramente, entre o bloco das atividades online as cargas fatoriais próximas de 7 indicam forte comunalidade ou variação conjunta, demonstrando que indivíduos que se utilizam de uma das formas, tendem também a praticar as outras duas. A ligação, entretanto, se mantém quando avançamos para o bloco das modalidades presenciais, já que apenas em um dos casos (participação comunitária) a carga no primeiro fator foi inferior a 5 (HAIR *et al*, 1987). Desta forma, confirmamos a primeira hipótese, pois, não parece existir clara distinção no nível empírico entre as modalidades de ativismo que ocorrem no ambiente virtual e no presencial, já que os ativistas de um ambiente tendem também a se comportarem de forma ativa no outro. Assim como Ribeiro e Borba (2015) apontam para a convergência entre modalidades convencionais e contestatórias, quando a oposição se dá entre formas online e off-line, algo semelhante parece ocorrer.

Assim sendo, a convergência entre as modalidades presenciais e digitais de participação corrobora os pressupostos de Dahlgren (2005) sobre a relação convergente entre os ambientes online e off-line, indicando não ser possível separa-los, pois, os indivíduos tendem a atuar nos dois espectros mobilizando a mesma lógica, a partir de uma relação de influência mútua entre mundo físico e virtual. Portanto, infere-se que esta característica convergente demonstra o caráter integrador da web em relação às posições privilegiadas e às vantagens daqueles que já são ativos e, deste modo confirma a ideia que as experiências digitais são continuidade das experiências off-line, assim como já apontaram Best e Kruger (2005), Gibson e Cantijoch (2013), Livingstone (2011) e Norris (2001) para outros contextos.

A partir dessa análise inicial com cada uma das variáveis de forma independente, para conduzir os testes multivariados optamos por unir as três formas de ativismo na rede em um *Índice de Ativismo Online*. Os resultados da fatorial tetracórica anterior já indicavam a pertinência dessa redução de dimensionalidade, mas adicionalmente também conduzimos o teste de confiabilidade de Alfa de Cronbach, que resultou em 0,617, dentro dos parâmetros

estabelecidos pela literatura (HAIR *et all*, 1987). Por procedimento somatório, sem pesos diferentes para cada variável, este índice compôs uma escala de 0 a 3, em que 0 significa a não participação em nenhuma das formas de ativismo online (inativo), 1 se refere à participação em apenas uma das modalidades (pouco ativo), 2 à participação em duas modalidades (ativo) e 3 significa a participação em todas as formas de ativismo online (muito ativo)⁵. Para fins de análise o índice foi recodificado em uma variável binária, inativos (0) e ativos (1+2+3). A Tabela 3 apresenta a distribuição dos componentes da amostra nessa medida integrada e revela uma grande maioria de inativos.

TABELA 3. ATIVISMO ONLINE (%)

Índice de Ativismo Online	Frequência
Não é ativo	78,3
Ativo	21,7
Total	100,0

Fonte: LAPOP – 2012.

Para identificar os fatores que incidem positivamente no engajamento digital operacionalizamos a análise através do modelo de regressão logística binária dada a característica qualitativa do *Índice de Ativismo Online* o qual é colocado como variável dependente, tendo a categoria dos inativos como referência em razão da sua maioria. Sendo assim, todos os coeficientes se referem ao efeito das variáveis independentes sobre a probabilidade de fazer parte do grupo de ativos, na comparação com a probabilidade de ser inativo. Este modelo multivariado tem por finalidade testar a validade da segunda hipótese, que pressupões que os recursos e motivações que levam o indivíduo a atuar nos espaços presenciais sejam significantes para o espectro digital. Em termos demográficos, foram incluídas as variáveis: sexo, anos de estudo e idade. No que diz respeito aos recursos cognitivos foram incluídas variáveis sobre o acesso à informação e o nível de conhecimento sobre política. No campo das atitudes, incluíram-se as variáveis: eficácia política subjetiva, o interesse por política e o auto posicionamento ideológico.⁶ Os resultados estão expressos na tabela 04.

⁵ A distribuição inicial do índice se deu da seguinte forma: (0) Inativos: 78,3%; (1) Pouco ativos: 13,8%; (2) Ativos: 5,3%; (3) Muito ativos: 2,6%.

⁶ Variáveis de recursos sócio demográficos e atitudinais: Acesso a informação política: (GI0). Agora gostaríamos de saber quanta informação sobre política e sobre o país é transmitida para a população. Com que frequência o sr. /sra. presta atenção às notícias, seja na TV, rádio, jornais ou na internet? (1) Diariamente (2) Semanalmente (3) Mensalmente (4) Raramente (5) Nunca. Codificação invertida para (0) Nunca (1) Raramente (2) Mensalmente (3) Semanalmente e (4) Diariamente / Anos de estudos: (ED). Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou? / Conhecimento Político: (GI4). De quanto tempo é o mandato do presidente no Brasil? (1) Correto (2) Incorreto. Codificação invertida para (0) Incorreto e (1) Correto / Eficácia Subjetiva: (EFF1). Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (1) Discorda Muito a (7) Concorda Muito. Recodificada para (0) Discorda Muito a (6) Concorda Muito/ Ideologia: (L1)

TABELA 4. CONDICIONANTES DO ATIVISMO ONLINE

Ativo		Exp(B)	Std. Error
	Constante	0,024	0,717***
	Acesso a informação	1,211	0,105
	Anos de estudo	1,146	0,035***
	Conhecimento político	1,969	0,463
	Eficácia subjetiva	0,881	0,060*
	Idade	0,008	0,986
	Ideologia	0,902	0,037*
	Interesse por política	2,042	0,107***
	Sexo	1,012	0,187
N: 1.500			
Nagalkerke = ,193			
% de acerto = 77,2			

Categoria de referência: Inativo

Nota: * < 0,05 **0,001 ***0,000

Fonte: LAPOP – 2012.

Os resultados mostram que a cada ano estudado aumenta em 14,6% as chances do indivíduo ser ativo nos ambientes digitais. Essa variável também tem se demonstrado importante na explicação das modalidades de ação presencial (RIBEIRO, BORBA, 2015) indicando que *a educação é um dos principais preditores da ação política entre os brasileiros*. No campo dos recursos cognitivos nenhuma das variáveis foi significativa, o que indica que a tese de que a internet pode ampliar o acesso a informação e o conhecimento é menos contundente que a tese que os indivíduos navegam na rede orientados por seus gostos e preferências prévios.

No quesito das atitudes as três variáveis selecionadas atingiram níveis de significância estatística. O interesse por política se apresenta com a maior força explicativa, pois, sendo uma variável escalar, cada casa andada em direção ao maior interesse aumenta em 104,2% as chances do indivíduo se engajar no ambiente online, neste sentido, uma pessoa que se considera muito interessada em política tem 312,6% de chances de ser ativos digitalmente do que ser inativo. Interesse por política também é central na explicação da participação presencial entre os brasileiros, portanto, *esses resultados parecem indicar que a dimensão mais importante para o ativismo online no cenário nacional é a orientação*

Agora, para mudar de assunto. Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala? Recodificada para (0) esquerda à (9) direita./Interesse por Política: (POL1). O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: (1) muito, (2) algo, (3) pouco ou (4) nada? Codificação invertida para (0) nada, (1) pouco, (2) algo, (3) muito. (Q1) Sexo: (1) Homem (2) Mulher. Codificação invertida para (0) Mulher (1) Homem.

psicológica positiva para a política. A explicação para esse efeito generalizado pode residir na redução dos custos para a participação operada pela internet, principalmente em termos de tempo, deslocando então a causa para dimensões não ligadas aos recursos.

O auto posicionamento ideológico também se apresentou como relevante na explicação do ativismo online. Sendo ela também uma variável escalar de dez pontos em que zero significa estar totalmente à esquerda no espectro ideológico e nove, totalmente a direita. Assim, o seu impacto negativo nos mostra que cada casa avançada em direção à direita diminui em 9,8% as chances de este indivíduo ser ativo online em comparação ao inativo. Isso indica que a esquerda brasileira está encontrando no ciberespaço um local para ação e debate político.

Por fim, o resultado mais instigante diz respeito ao efeito negativo da eficácia subjetiva, em que cada casa andada em direção ao sentimento de eficiência diminui em 11,9% as chances do cidadão ser ativo online. Isso representa novidade significativa quando consideramos o conjunto das pesquisas na área que não tem encontrado evidências sobre a relevância dessa variável para diferentes modalidades presenciais (RIBEIRO, BORBA, 2015). *O que esse resultado indica é que o ativismo online é mais frequente entre aqueles indivíduos que avaliam negativamente sua capacidade de intervenção na vida política nacional.*

Neste sentido, pode-se realizar uma avaliação otimista sobre o potencial mobilizador da rede, já que tais cidadãos pouco eficazes estariam encontrando nesse ambiente virtual um caminho para sua inserção no debate sobre questões políticas. Neste sentido, o efeito negativo da variável referente à eficácia subjetiva, mostra que o ciberespaço atua positivamente no engajamento digital, confirmando a tese de Norris (2001) acerca do caráter mobilizador da web e a tese de independência de Gibson e Cantijoch (2013), uma vez que é provável que os cidadãos desmobilizados estejam encontrando na rede um canal que potencialize sua voz, criando uma sensação de eficiência.

Diante destes resultados podemos descrever um perfil para o ativista digital brasileiro: são indivíduos bem educados, com amplo interesse por política, auto identificados com um posicionamento ideológico a esquerda e que se sentem ineficientes no processo político. Este perfil nos ajuda a confirmar em partes a segunda hipótese que diz respeito à similaridade entre os recursos e motivações que influenciam o cidadão que será ativo nos ambientes presenciais e digitais. Com a combinação dos resultados da análise fatorial, que demonstram que os cidadãos tendem a ser ativos nos dois espectros, e da regressão logística que mostra a centralidade dos recursos e motivações no condicionamento da ação online

podemos inferir que a participação online é fenômeno multidimensional confirmando a terceira hipótese.

7. Considerações Finais

O presente artigo buscou discutir os condicionantes do engajamento online brasileiro e as suas relações com as modalidades presenciais de ação. Com essa discussão tínhamos o intuito de testar três hipóteses: a) a convergência entre as modalidades presenciais e digitais de participação; b) a centralidade dos recursos e motivações no condicionamento da ação online, assim como é para a off-line; c) a multidimensionalidade do fenômeno participativo no ciberespaço. Os modelos multivariados nos trouxeram resultados que lançam luzes para essas hipóteses.

A análise fatorial confirma a tese da convergência entre as modalidades presenciais e digitais, indicando para uma integração entre os dois espectros, que se reforçam mutuamente. Já a regressão logística confirmou em partes a segunda hipótese, pois, ao mesmo tempo em que mostrou a centralidade dos recursos e motivações, expressos nos anos de estudo e no interesse por política, esses mesmos cidadãos não percebem eficácia no seu eventual envolvimento em formas “presenciais” de participação e procuram no ciberespaço um novo canal para expressar suas demandas e tentar levar sua voz aos *policy makers*. Neste sentido, infere-se que este resultado corrobora a tese apresentada por Malini e Autuon (2013) de que a internet e a rua dividem a função de expressar os barulhos da multidão.

Além disso, com os resultados é possível inferir que a participação em meio digital, assim como a presencial, possui um caráter multidimensional, sendo explicada pela combinação de diferentes aspectos. A partir disso é possível inferir que as teses de mobilização e reforço defendida por Pippa Norris (2001) e de independência e integração apresentada por Gibson e Cantijoch (2013) são profícuas para debater o engajamento online entre os brasileiros, já que ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de comunicação e informação reforçam e integram as modalidades de participação, elas também trazem formas independentes de ação gerando um novo espectro de mobilização para aqueles que estão apáticos e se sentindo ineficientes.

Para as pesquisas sobre participação política, tais resultados - mesmo que limitados a um único país e ano – apontam para uma importante agenda de pesquisas, em especial no tocante a relação entre recursos e participação. Pois, conforme apontado acima é possível perceber que, se por um lado, a participação online não rompe totalmente com as barreiras impostas pelas desigualdades sociais (veja-se o efeito mesmo que limitado da escolaridade na participação online), por outro lado, ela requer uma quantidade menor de habilidades cívicas do que aquela exigida pela participação off-line. Ao diminuir os custos de entrada ao

envolvimento político, pode servir como um importante instrumento de socialização, com possíveis efeitos futuros positivos sobre a propensão de o indivíduo participar em outras modalidades.

8. Referências Bibliográficas

BARBER, B. *Strong democracy: participatory politics for new age*. California: University Of California Press. 20th anniversary edition, 2003.

BARNES, S.H. e KAASE, M. (org.). *Political Action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

_____. Participação política: uma revisão dos modelos de participação. *Revista Estado e Sociedade*. Brasília maio-ago vol.27 no.2 p. 263-288. 2012 Disponível online em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200004&script=sci_arttext Acesso em agosto de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. – Brasília: Secom, 2014. <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> Acesso em: abril de 2015.

BRUNDIDGE, J. e RICE, R. Political engagement online: do the information rich get richer and like-minded more similar. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil* [livro eletrônico] : TIC domicílios e empresas 2013 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT households and enterprises 2013 /[coordenação executiva e editorial /executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução /translation DB Comunicação]. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível online em: <http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/> Acesso em setembro de 2015.

DAHLGREN, P. Internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*. nº22, p. 147-162, 2005. Disponível online em: http://courses.washington.edu/insc555/wordpress/wp-content/readings/Dahlgren_2005.pdf Acesso em novembro de 2015.

DIGBY, P. G. N. Approximating the tetrachoric correlation coefficient. *Biometrics* 39: 753–757, 1983.

GIBSON, R., CANTIJOCH, M. Conceptualizing and Measuring Participation in the Age of the Internet: Is Online Political Engagement Really Different to Offline?. *The Journal of Politics*, Vol. 75, No. 3, p. 701–716, July 2013. DOI:10.1017/S0022381613000431

HAFNER FINK, M.; OBLAK ČRNIČ, T. Digital citizenship as multiple political participation? Predictors of digital political participation in Slovenia. *Teorija in Praksa*. let. 51, p.1284-1303, 6/2014. Disponível online em: http://www.fdv.uni-lj.si/docs/defaultsource/tip/tip_06_2014_hafner-fink_idr.pdf?sfvrsn=2 Acesso em janeiro de 2015.

HAIR, J. et. al. *Multivariate data analysis*. New York: Macmillan Publishing, 1987.

HJAVARD, S. Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*. vol. 5 nº 2. P. 53-91, jan-jun/ 2012. Disponível online em:

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZes/article/view/8139/7505>. Acesso em setembro de 2015.

INGLEHART, R. A revolução silenciosa na Europa: Mudanças intergeracionais em sociedades pós-industriais. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v.20, n.43, p. 159-191, out. 2012. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf> Acesso em setembro de 2014.

_____; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

ITU. *Mensuring the information society report 2014*. Geneva Switzerland, 2014. ISBN 978- 92-61-15291-8. Disponível online em: http://www.itu.int/en/ITU/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf Acesso em janeiro de 2015.

LAPOP. *Latin American Public Opinion Project*. Disponível online em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>. Acesso em 21 de agosto de 2013

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

LIVINGSTONE, S. Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades online. *Matrizes*. São Paulo, ano 4, nº2, p. 11-42, jan/jun, 2011. Disponível online em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143018637002> Acesso em setembro de 2015.

MALINI, F., AUTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível online em: http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316_A-internet-e-a-rua--online.pdf Acesso em abril de 2015

MARGETTS, H. The Internet and Democracy. In DUTTON, W.H. (org) *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.

MARTINO, L.M.S. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MILBRATH, L. W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.

MOSSBERGER, K. Toward digital citizenship: addressing inequality in the information age. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

NORRIS, P. *Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Disponível online em: <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm> Acesso em outubro de 2014.

_____. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Disponível online em: <https://sites.google.com/site/pippanorris3/publications/books/democratic-phoenix> Acesso em maio de 2014.

_____; CURTICE, J. If you build a political web site, will they come? The internet and political activism in Britain. *International Journal of Electronic Government Research*, 2(2), 1-21, April-July 2006. Disponível online em: http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Articles/Articles%20published%20in%20journals_files/IJEGR%20Website%20Norris%20and%20Curtice.pdf Acesso em dezembro de 2014.

_____. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX & STOKES, D. *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628- 652, 2007. Disponível online em <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boix&stokes96chap26.pdf>. Acesso em junho de 2014.

OSER, J., HOOGHE, M., MARIEN, S. Is Online Participation Distinct from Offline Participation? A Latent Class Analysis of Participation Types and Their Stratification. *Political Research Quarterly* 66(1) p. 91 –101, 2013. DOI: 10.1177/1065912912436695

PUTNAM, R. *Making democracy work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, E. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2011.

_____, BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*. v.20, , p.11 -36. São Carlos: UFSCAR, 2011. Disponível online em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/261/191> Acesso em agosto de 2014.

_____, BORBA, J. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.

THEOCHARIS, Y. The Conceptualization of Digitally Networked Participation. *Social Media + Society*, p. 1-14 .July-December 2015. DOI: 10.1177/2056305115610140

VAN DETH, Jan. *Studying political participation: towards a theory of everything?* In: ECPR Joint Sessions. Grenoble, France, 2001. Disponível online em: http://www.academia.edu/2233354/STUDYING_POLITICAL_PARTICIPATION_TOWARDS_A_THEORY_OF_EVERYTHING Acesso em setembro de 2014.

VERBA S.; SCHLOZMAN K. L.; BRADY H.E. *Voice and Equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995